

Colômbia: a memória em meio à guerra

Sandra Patrícia Arenas Grisales

Introdução

No ensaio “Passados presentes: mídia, política, amnésia”, Andreas Huyssen (2004) nos adverte sobre a explosão da memória desde o fim do século XX até o presente, tanto no que diz respeito a catástrofes sociais, guerras, violência, como a produtos da nostalgia de comercialização em massa, expressos na moda, no cinema, na televisão, nos museus etc. Interessa-nos particularmente os usos políticos que se fazem da memória em sociedades que enfrentaram situações-limite ou violência extrema, pois consideramos ser precisamente nesse contexto que a memória tem um caráter explicitamente político, evidenciado nos questionamentos da identidade, nos conflitos e nas negociações entre os diferentes atores envolvidos, nas lutas por legitimar certas narrativas e nos silêncios que se apresentam e o que eles significam.

Essas situações extremas, como as vividas na Segunda Guerra Mundial, na Guerra de Argélia, em Ruanda, na África do Sul, na Bósnia, em Kosovo, nas ditaduras da América Latina, entre outras, levaram a uma reflexão sobre o passado, mostraram a necessidade ética de se escutar as diferentes versões sobre os fatos. Não era possível nessas sociedades refletir sobre o passado e pensar um futuro sem antes conhecer as outras versões da história, das vítimas ou daqueles que tinham permanecido em silêncio, voluntário ou forçado. A compreensão do que aconteceu radicava na capacidade e na possibilidade

de escutar, de configurar um contexto capaz de enfrentar os dilemas morais, éticos e de identidade que tais memórias trariam à sociedade.

Na Colômbia, porém, o conflito armado não acabou, os grupos armados ainda hoje têm presença em muitas regiões do país. A pergunta que nos fazemos é: como e por meio de quais práticas expressivas os grupos sociais, as comunidades e os indivíduos reconstróem suas memórias em contextos de violência prolongada (Gil, 2009), como no caso da Colômbia. Propomos a hipótese de que as vítimas da guerra desenvolveram ações táticas para expressar suas memórias, no sentido dado por Michel de Certeau (2000). Na cotidianidade dos sujeitos, expressões da memória foram criadas como resistência à imposição do poder, como resposta à lógica do mais forte. A violência exercida na população procura decompor os vínculos comunitários, desarticular os espaços de convivência, cooptar os cenários de decisão; de modo semelhante, o rumor, a fofoca e as ameaças levam a situações de paranoia, medo e desconfiança. O silêncio é o recurso de muitos como tática para sobreviver (Blair, 2008), e não significa ausência de palavras ou esquecimento; expressa, antes, a resistência que uma sociedade impõe ao excesso de discursos dominantes que justificam a maioria das mortes e violações dos direitos humanos na lógica de um conflito armado. Durante esse tempo de silêncio, as memórias se transmitem através de redes de sociabilidade afetiva e política, são guardadas em estruturas de comunicação informais, invisíveis à sociedade, chamadas por Michel Pollak de “zonas de sombra”, “silêncios”, “não ditos” (Pollak, 2006).

Como afirma Gonzalo Sánchez, a violência tem sido um problema recorrente na história da Colômbia. São poucos os tempos de paz que temos vivido; a guerra e suas expressões de violência parecem fazer parte da nossa história como nação, mas também de nosso presente, proporcionando a ideia de que nada muda, de que a violência é circular, contínua. A pergunta que se faz Sánchez (2004, p. 173) é como fazer memória no meio da guerra? Como pensar o passado quando o presente é tão marcante? A Colômbia vive, ainda assim, nos últimos dez anos um processo lento de recuperação da memória do conflito armado, processo único no mundo, pois o conflito não terminou. Os processos jurídicos pelas violações aos direitos humanos só agora estão dando seus primeiros resultados, as vítimas estão sendo reconhecidas e reparadas pelo Estado, estão sendo investigados alguns atos de violência, que são emblemáticos por sua transcendência nacional, para conhecer a verdade do que aconteceu e seus responsáveis. Este artigo intenta apresentar esse panorama, as lutas pela memória num país em guerra e

especialmente chamar a atenção sobre aquelas expressões de memória feitas pelas vítimas para evitar que os fatos violentos e as pessoas que morreram ou desapareceram sejam esquecidas. Apresenta-se, inicialmente, o contexto da guerra na Colômbia; descreve-se, em seguida, o debate sobre a memória dos últimos anos; destacam-se, por fim, algumas expressões de memória no meio da guerra.

A guerra na Colômbia: uma estirpe condenada a cem anos de solidão?

Num dos romances mais reconhecidos e belos da literatura colombiana e universal, *Cem anos de solidão*, o coronel Aureliano Buendía liderou 32 guerras civis, perdeu todas, e sua linhagem, os Buendía, foi condenada a cem anos de solidão, sem ter uma segunda oportunidade sobre a terra. A obra é um espelho no qual nos miramos, os colombianos e os latino-americanos: é nossa história, mas contada através do realismo mágico de Gabriel García Márquez. A história transcorre num povoado perdido no meio do nada, Macondo, o romance lembra os fatos mais trágicos de nossa história, as guerras civis do século XIX, a chegada das companhias estrangeiras de banana, as greves dos trabalhadores, o massacre das bananeiras, as lutas partidárias, a corrupção política, tudo num cenário mítico que não faz outra coisa que dar força ao real. A ordem dos acontecimentos é cronológica, mas o tempo não transcorre linearmente: é cíclico – o passado se repete no presente e o futuro parece conhecido porque de alguma maneira já existiu (Cebrian, 2009).

Ainda que o enredo se inicie com um instante de lembrança – “Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento, o coronel Aureliano Buendía havia de recordar aquela tarde remota em que seu pai o levou para conhecer o gelo” (García Márquez, 2009, p. 43) –, em suas páginas finais, um dos personagens recomenda a todos que fugissem de Macondo e “[...] recordassem sempre que o passado era mentira que a memória não tinha caminhos de regresso, que toda primavera antiga era irrecuperável, e que o amor mais desatinado e tenaz não passava de uma verdade efêmera” (*Idem*, p. 433). O romance logra criar uma representação bastante acertada do que somos como sociedade, desse jogo permanente entre recordação e esquecimento. A pergunta pertinente, segundo Gonzalo Sánchez (2004, p. 161), é: quanta memória e quanto esquecimento requer uma sociedade para superar a guerra?

Nas primeiras décadas do século XIX, as elites econômicas e políticas tiveram a tarefa de configurar essa ideia de nação, de criar uma comunidade imaginada (Anderson, 1993) que permitisse construir uma identidade, dar

sentido ao passado e pensar um possível futuro. Esse processo foi marcado pela divisão da sociedade em torno de duas coletividades, os partidos Liberal e Conservador, que foram o meio de responder à fragmentação do poder e à crise de legitimidade do Estado, e viraram veículos de identificação (González, 1997). Foram os partidos políticos e suas guerras civis que, para ter e conservar o poder, formaram uma memória da nação marcada pela violência e pela política (Hincapié, 1993; Sánchez, 1990; González, 2006).

As guerras civis do século XIX na Colômbia têm um lugar significativo em nossa história, não só pela quantidade (nove de alcance nacional e múltiplos conflitos de alcance regional), mas porque abarcaram boa parte do período e quase todo o território. Além da violência, a política teve um papel significativo, desempenhado em pactos, anistias, negociações, perdão e esquecimento, misturados a declarações de guerra, confrontos, violência exacerbada, tratamento do outro como inimigo: “En fin, fueron guerras por la política y acciones políticas vividas como si de una guerra se tratara” (Hincapié, 2004, p. 15). No imaginário dos colombianos predomina essa imagem generalizada de um passado violento, no qual a construção da nação se fez com guerras fratricidas e violências que não terminam, pelo contrário, se perpetuam como outras violências nos séculos XX e XXI.

Entre 1948 e 1953, o país experimentou uma guerra civil não declarada conhecida como “a Violência”, produto de enfrentamentos entre os partidos Liberal e Conservador. Teve como origem as filiações políticas dos cidadãos, e um de seus rasgos principais foi a agressão de que foram vítimas os camponeses das diferentes regiões do país. Dos grupos de camponeses que precisaram fugir de suas terras e se confinar na selva para se proteger da violência partidária, surgiram as autodefesas que depois se denominariam Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia, as Farc. Durante o a Violência, práticas como a expropriação da terra, a expulsão dos proprietários, os assassinatos contratados e as chacinas foram muito frequentes. Os interesses econômicos misturavam-se às rivalidades dos partidos políticos e aos ódios e vinganças individuais para montar um cenário de crueldade e violência extremas. O resultado foram mais de 200 mil mortos e consequências políticas como o surgimento das guerrilhas, e também um regime político restringido, sem espaços para a participação da oposição política (Guizado, 1990).

A Colômbia não teve ditaduras ou governos autoritários como outros países latino-americanos. Teve, aliás, uma relativa estabilidade institucional, e suas autoridades foram definidas via eleições. Salvo a tomada do poder do general Rojas Pinilla¹, não ocorreram golpes de Estado. Ainda assim, desde a

1. Em 1953, foi imposto ao presidente Laureano Gómez um golpe militar que levou à presidência da República o tenente-general Gustavo Rojas Pinilla. Rojas contava com o apoio de membros importantes dos partidos políticos, das forças armadas e da polícia, e se manteve no poder de 13 de junho de 1953 a 10 de maio de 1957.

década de 1950 há um conflito armado a expor o paradoxo entre instituições estáveis e condições de violência prolongada (Hincapié, 1993; Sánchez, 1990).

O conflito armado colombiano é prolongado no tempo e diferenciado em seus espaços: não tem um início claro, e suas raízes podem identificar-se com contendas antigas, do século XIX e das primeiras décadas do XX, com as guerras civis, nas confrontações entre os partidos políticos e nas lutas pela terra. Hoje, observam-se elementos das novas guerras identificadas por Mary Kaldor (2001), nas quais o Estado tem pouca autonomia e uma legitimidade questionada por grupos de guerrilheiros, narcotraficantes, mercenários, paramilitares e grupos de justiça privada. A presença do conflito armado é diferencial no território colombiano, pois algumas regiões desfrutam de relativa estabilidade enquanto em outras a incidência de confrontos é intensa e constante. Os atores armados podem estabelecer alianças transitórias ou combates, dependendo em boa medida dos interesses econômicos e das dinâmicas de cada região.

Esse permanente desafio ao poder do Estado tem como efeito o que María Teresa Uribe Hincapié (1998) caracteriza como “soberanias em jogo”, em referência às disputas pela soberania entre o Estado e as guerrilhas das Farc, o Ejército de Liberación Nacional (ELN) e os diferentes grupos paramilitares e de autodefesa. Segundo a autora, esses grupos não reconhecem autoridade ou poder que não o próprio, resistem aos intentos de dominação do Estado e mantêm vivas a hostilidade e a vontade de usar a violência quando seus circuitos privados de poder estão ameaçados. Semelhantemente, a fim de debilitar as guerrilhas, o poder estatal pôs em xeque sua soberania e legitimidade ao usar de maneira arbitrária as leis do Estado de exceção, tolerar e até fomentar os grupos paramilitares e outras estratégias privadas para controlar e combater a guerrilha. Além de debilitar sua soberania, ampliou os limites do conflito a setores da sociedade antes livres dele.

As conclusões de um balanço realizado por Fernán E. González são relevantes para compreender o conflito armado colombiano. Primeiro, assinalam o caráter político da violência, pois tanto guerrilheiros como paramilitares não aceitam o Estado como um referente político, mediador dos interesses opostos de uma sociedade. Os grupos armados expressam sua própria concepção e exercício do poder, têm uma ideia do que deveria ser o Estado e estabelecem suas próprias definições de público e privado. Muitos deles assumem uma função pública, exercem a justiça, prometem segurança, administram recursos, tudo isso argumentando incapacidade do Estado para realizar essas atribuições (González, 2007).

2. A reconfiguração cooptada do Estado consiste na ação de organizações legais e ilegais que, mediante práticas ilegítimas – não necessariamente ilegais –, procuram modificar o regime político de maneira sistemática e influir na formação, modificação, interpretação e aplicação de regras de jogo e de políticas públicas. O objetivo dessa reconfiguração é obter benefícios para seu próprio proveito de maneira permanente, além de lograr que seus interesses sejam validados política, legal e, no longo prazo, socialmente, ainda que não atinjam os interesses do bem-estar social (Salamanca, 2008). Em 2002, por exemplo, foram eleitos para o Congresso da República deputados próximos dos paramilitares. O processo, conhecido como “Parapolítica”, foi o julgamento da Corte Suprema da República aos congressistas que tinham vínculos com os paramilitares e demonstrou que pelo menos 35% do Congresso era de aliados dos paramilitares.

3. Plano Colômbia é um acordo bilateral assinado em 1999 com os Estados Unidos, durante os governos de Andrés Pastrana Arango e Bill Clinton e ratificado nos governos de Álvaro Uribe Vélez e Juan Manuel Santos. O acordo era uma estratégia na luta contra o narcotráfico que incluía recursos destinados a uma reabilitação econômica e social nas áreas de cultivos ilícitos.

A relação entre a sociedade e o poder estatal colombiano está marcada pela precariedade, pela não aceitação do Estado como mediador das tensões e pela recusa da sociedade a se ver representada nele. Como afirma Fernán E. González, tal rejeição está relacionada com o fato de alguns setores não reconhecerem a autoridade do Estado e sua função reguladora na sociedade, consequência das condições de marginalidade em que muitos deles vivem. A violência se deve, portanto, mais à ausência do Estado do que à sua onipresença. Na última década, o governo do presidente Álvaro Uribe Vélez fortaleceu a presença estatal em termos de força das armas, capacidade bélica e robustecimento das forças armadas. Ainda assim, o Estado como mediador ou como redistribuidor da riqueza e fiador dos direitos sociais e humanos se debilitou. Houve, aliás, uma reconfiguração cooptada do Estado² por parte de grupos legais e ilegais (Salamanca, 2008). Mas é necessário compreender essa precariedade da relação entre Estado e sociedade sem considerar o Estado uma instituição colapsada por não ser capaz de manter o monopólio da coação, da justiça e da administração de recursos. Trata-se, antes, de um Estado que não consolidou, em todas as regiões do país, seu monopólio, o qual tem sido disputado por grupos guerrilheiros, paramilitares e mesmo pelos poderes locais e regionais (Gil, 2009, p. 32).

A tendência do conflito armado nas décadas finais do século XX e na primeira do XXI foi de expansão e fortalecimento da guerrilha, em virtude do surgimento e do crescimento de grupos paramilitares e de sua vinculação com setores econômicos e políticos do país. A situação piorou também pela interferência dos Estados Unidos na política antidrogas, por exemplo, ao apoiarem o Plano Colômbia³ – pensado a princípio como controle do narcotráfico e dos cultivos ilícitos, e que rapidamente passou a dar suporte às forças armadas contra a guerrilha. A Constituição de 1991 ampliou a participação política e os direitos dos cidadãos, embora tenha implementado o neoliberalismo que acirrou as desigualdades sociais e os problemas econômicos. Na primeira década do século XXI, a exacerbação da violência fez com que muitos órgãos de direitos humanos declarassem crise humanitária no país. Entre 1995 e 2005 houve um incremento quantitativo nas ações bélicas entre os diferentes exércitos e contra cidadãos não armados. Foram usadas estratégias de guerra, como o deslocamento forçado, o repovoamento das regiões, o assassinato seletivo, as chacinas, as minas terrestres e os bombardeios indiscriminados (Gil, 2009, p. 87).

A intensificação do conflito armado nas últimas décadas é resultado do fortalecimento da guerrilha e o impacto dos grupos contrainsurgentes

e sua expansão territorial. Alguns fenômenos explicam o surgimento do paramilitarismo como:

1. Parte de um processo de organização dos grupos de autodefesa camponês que surgiram para combater as ações da guerrilha.
2. Estratégia de setores econômicos para defender ou garantir a execução de projetos econômicos ou de infraestrutura em regiões relevantes – de criação de gado, de produção agroindustrial, de exploração mineral ou de importância para o transporte de mercadorias nas quais a guerrilha tinha presença, ou onde havia organizações sociais e sindicais fortes que eram contrárias aos projetos econômicos ou donas de terras.
3. Resultado da debilidade militar e institucional do Estado, o que facilitou ou promoveu o surgimento de grupos armados com o objetivo de exercer justiça e prover segurança.
4. Estratégia das forças armadas na luta contra a insurgência – daí os grupos paramilitares serem treinados por militares e agirem em colaboração e coordenação com o exército em algumas regiões (Gil, 2009, p. 88).

Ainda assim, a luta pela terra é um fator determinante no devir da guerra irregular na Colômbia. O controle de territórios de cultivos ilícitos, áreas de produção e de distribuição de drogas, regiões de produção agrícola, mineral ou de gado são alvos dos grupos armados e, portanto, epicentros tanto de combates como de hostilidades contra a população civil (*Idem*, p. 89).

Outra característica do conflito armado relaciona-se com o fortalecimento da capacidade militar das forças armadas, nos governos de Andrés Pastrana (1998-2001) e Álvaro Uribe Vélez (2002-2010), nos campos operativo, estrutural e de gestão, mas também na cifra do gasto colombiano com defesa. O orçamento destinado ao setor durante o período de 2007 a 2010 foi de 57,9 bilhões de pesos, o que representa 3,6% do PIB (Ministério de Defesa da Colômbia, 2007 *apud* Gil, 2009, p. 91).

Outro aspecto é o processo de desmobilização, desarme e reinserção dos paramilitares proposto pelo governo Uribe Vélez, fortemente questionado por não concluir a desintegração dos exércitos. Muitos militares formaram depois novos grupos armados, as “Bandas Criminais” (Bacrim). Ainda que o governo tenha tentado desvinculá-las dos paramilitares, elas têm um jeito de agir bastante similar e estão presentes em regiões antes ocupadas por eles. Também não se realizou um julgamento dos comandantes paramilitares, muitos dos quais foram extraditados para os Estados Unidos, onde são

Julgados por delitos de narcotráfico enquanto cometeram, na Colômbia, crimes de lesa-humanidade. Os vínculos dos chefes paramilitares com grupos econômicos, políticos regionais e agências de segurança do Estado, como o Departamento Administrativo de Seguridad (DAS), foram denunciados por congressistas da oposição, ONGs e mídia. A reparação econômica e a devolução das terras usurpadas também não foram bem-sucedidas, uma vez que os chefes paramilitares não declararam a verdade acerca de suas propriedades e aquelas que foram devolvidas aos antigos proprietários não podem ser habitadas novamente devido à presença das Bacrim ou porque foram cedidas pelos paramilitares a outras comunidades campesinas ou a seus ex-combatentes.

Entre 1996 e 2001, a estratégia militar da guerrilha das Farc caracterizou-se por grandes contingentes de tropa, numa guerra de posições que abarcava boa parte do território. O Bloco Oriental, comandado pelo Mono Jojoy⁴, foi uma das principais frentes de combate e, ainda que tenha sofrido frequentes ataques do exército, impingiu-lhe muitas baixas (Martínez, 2011, p. 28). A morte do Mono Jojoy implicou uma nova estratégia de guerra por parte do sucessor, Alfonso Cano, consistente num processo de descentralização das tropas, de retorno à guerra de guerrilhas, permitindo afrontar as investidas dos militares menos traumáticamente, ainda que assumindo o risco da fragmentação e dispersão das tropas (Martínez, 2011, p. 29). Alfonso Cano⁵ e Pablo Catatumbo lideraram o Comando Conjunto de Occidente, uma das estruturas mais ativas das Farc, que opera no sul e no oeste colombiano, nos departamentos de Nariño, Cauca, Valle del Cauca e sul do Chocó.

Em 2010, o grupo guerrilheiro realizou ações armadas em boa parte do território nacional, quase 20% do total de municípios, a maioria no sudeste e sudoeste do país. Na realidade, o projeto militar das Farc, porém, encontra-se debilitado. Blocos como o Caribe e o Magdalena Medio, por exemplo, perderam poder em suas regiões. Apesar disso, como afirma Ávila Martínez (2011, p. 30), em regiões como as planícies do leste, do Pacífico colombiano e do sul do país ainda têm uma significativa capacidade militar e continuam sendo importantes em Cauca, Nariño, Caquetá e Norte de Santander. Prova disso são os mais de 2.500 militares, entre mortos e feridos, que ficaram fora de combate em 2010, cifra superior à de 2009.

Já as Forças Armadas Colombianas tiveram, como vimos, uma transformação de sua forma de agir e a modernização de seu armamento, além do apoio militar e de inteligência dos Estados Unidos e de Israel. A força pública adotou a partir de 2008 uma estratégia denominada “borbulhas”,

4. Mono Jojoy era chefe militar das Farc e membro do *secretariado general*. Foi assassinado em 22 de setembro de 2010.

5. Alfonso Cano era o chefe máximo das Farc e foi abatido pelo Exército em 4 de novembro de 2011.

que consiste em assassinar os principais líderes das Farc, especialmente os membros do secretariado do Estado-Maior, com o objetivo de fragmentá-la, provocando a desestruturação e a criminalização de suas frentes, de maneira que a guerrilha seja um problema antes regional que nacional. O triunfo dessa estratégia não deteria a violência no país, mas seria um importante triunfo midiático (Martínez, 2011, p. 34). Seu problema é concentrar 60% da atividade militar do Exército e quase toda a sua inteligência somente nesse objetivo. Desde setembro de 2012, representantes das Farc e do governo de Juan Manuel Santos iniciaram oficialmente os diálogos de paz, em Cuba. A agenda para lograr um acordo para a finalização do conflito armado na Colômbia inclui: uma política de desenvolvimento agrário integral; mecanismos de participação política; o fim do conflito; uma solução ao problema das drogas ilícitas; direitos das vítimas a verdade e ressarcimento.

Não obstante, as Farc não são o único grupo armado com poder e capacidade de ação na Colômbia, que hoje enfrenta a violência das mencionadas Bacrim, compostas a partir da convergência de vários processos, como as tentativas de reinserção à vida civil entre 2005 e 2007, o reagrupamento de integrantes de nível intermediário na hierarquia dos grupos armados que não se desmobilizaram e o apoio de grupos armados do narcotráfico (Posso, 2011). Ausentes só em dois dos 32 estados, Amazonas e Vaupés, no resto do país elas exercem influência. Em 2008, reportaram-se ações em 259 municípios; em 2010, em 360; e, no primeiro semestre de 2011, em 347 municípios, o que indica sua permanência e reprodução (Posso, 2011). As Bacrim estão aliadas com máfias locais do narcotráfico e agem por meio da intimidação, sobretudo, mas também pela infiltração no Estado e nos partidos políticos.

A memória, um passado que não passa

Como afirma Daniel Pécaut (2004), na Colômbia o passado não passa, a guerra não termina e, por isso, o apelo à memória é ambíguo e problemático, pois o contexto de guerra permanente leva a uma impossibilidade da memória, do esquecimento e da história. As múltiplas formas de exercício da violência levam muitos setores da população a enfrentar na sua experiência cotidiana o terror e o medo; suas histórias de vida estão marcadas por acontecimentos que mudam radicalmente sua existência e se sucedem um atrás outro⁶. Sem dar lugar a uma compreensão do que acontece, sem permitir criar um relato além do momento atual, pelo que não se cria memória senão esquecimento, daí a impossibilidade da memória (Pécaut, 2004, p. 91). Os

6. O cinema tem retratado essas experiências com filmes como *La primera noche* e *Los colores de la Montana*, entre outros.

fatos do período da “Violência” constituem um passado que parece estar sempre presente, pois tem semelhanças com o conflito atual, não sendo possível construir um metarrelato desse evento, com um princípio e um fim. Aliás, sobre esse período se impôs um pacto de esquecimento que não permitiu pensar nem refletir sobre seu significado para a sociedade; também não se estabeleceram uma comissão da verdade ou um ato de reconhecimento às vítimas e um juízo aos responsáveis (Pécaut, 2004, p. 97).

A ambiguidade da memória evidencia-se na infinidade de relatos dos guerreiros: discursos, biografias que narram as proezas dos grandes chefes dos exércitos do século XIX (Hincapié, 2004); as entrevistas na mídia e as visitas ao Congresso Nacional dos chefes paramilitares; testemunhos dos guerrilheiros desmobilizados que publicam suas memórias, como Vera Grave⁷ em seu livro *Razones de Vida* ou, mais recentemente, Leonor Esguerra⁸ em seu livro *La búsqueda* e, ainda, o livro do chefe paramilitar Carlos Castanho, *Mi Confesión*, entre outros. Outra fonte fecunda de narrativas são as memórias publicadas dos narcotraficantes amplamente distribuídas e comentadas na mídia. O excesso dessas narrativas contrapõe-se à quase inexistência de relatos das vítimas. Houve, contudo, a publicação do relato autobiográfico *El olvido que seremos*, em 2006 – publicado no Brasil como *A ausência que seremos* – de Hector Abad Faciolince, que causou uma grande comoção na Colômbia, convertendo-se rapidamente num *best-seller*. Pela primeira vez, o relato de uma vítima era tema de discussão e análise em espaços públicos de debate. O relato conta as lembranças que o filho tem de seu pai, um defensor dos direitos humanos, líder político e professor universitário, as circunstâncias de seu assassinato pelos paramilitares e a dor que isso produziu na família. Por outra parte, publicam-se cada vez mais trabalhos como os de Patricia Nieto, que recuperam as memórias das vítimas por meio da metodologia de oficinas promovidas pelo Programa de Atención a Víctimas del Conflicto Armado de la Alcaldía de Medellín. Como resultado, três livros compilam as narrativas autobiográficas das vítimas: *Jamás olvidaré tu nombre* (Nieto e Betancur, 2006), *Donde nació aún crece la hierva* (Nieto, 2010) e *Me gustaba mucho tu sonrisa* (Nieto, 2007).

Poder-se-ia dizer que a primeira década do século XXI significou uma mudança qualitativa e quantitativa dos estudos sobre memória do conflito armado. Segundo uma pesquisa realizada por Marta Lucía Giraldo e outros (2011), estamos num momento de relevância da memória. Essa nova situação obedece a vários fatores: degradação e intensificação do conflito armado; reativação na justiça de casos encerrados, como a tomada armada do Palácio

7. Guerrilheira do grupo M-19, o qual foi desmobilizado e transformado no partido político Alianza Democrática M-19.

8. Ex-freira, guerrilheira no início da criação do grupo ELN.

de Justiça⁹ e o extermínio da Unión Patriótica¹⁰; promulgação da Lei de Justiça e Paz (Congreso de la República de Colombia, 2005); reconhecimento, desde a década de 1990, dos que foram forçados a se deslocar como vítimas da guerra e a visualização dos seus dramas; formulação de políticas públicas para garantir a proteção de seus direitos sociais; criação da Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación (CNRR) e, dentro dela, o Grupo de Memória Histórica, que tem um importante lugar na recuperação da memória do conflito armado e no reconhecimento das vítimas e seus direitos; por fim, a promulgação da Lei de Vítimas e Restituição de Terras (Congreso de la República de Colombia, 2011), que implica o reconhecimento da situação de vítima, a reparação material e simbólica e a restituição das terras usurpadas pelos grupos paramilitares. A multiplicidade de iniciativas de memória – obras de arte, teatro, películas, novelas que intentam configurar um relato sobre esse passado violento e suas múltiplas arestas – será abordada adiante.

Devemos assinalar o esforço do Grupo de Memória Histórica¹¹ para criar uma narrativa sobre o conflito que desse conta das razões para o surgimento dos grupos armados, detendo-se nas versões das vítimas sobre o que aconteceu. São destacados os informes sobre casos emblemáticos, pelos quais os pesquisadores tentam reconstruir a verdade sobre fatos violentos, seus responsáveis, suas vítimas, os impactos sociais e políticos sobre a população; o país passou a conhecer a verdade sobre o que aconteceu em eventos como chacinas, assassinatos de mulheres, deslocamentos forçados, entre outros. O Grupo também ajuda o governo a formular políticas públicas sobre memória, reparação das vítimas e garantia de não repetição, além de prestar assessoria e promover a reconstrução da memória, entre outras iniciativas, para a defesa das vítimas nas diferentes regiões da Colômbia.

Retomando a pergunta de Gonzalo Sánchez (2004, p. 161) – quanta memória e quanto esquecimento requer uma sociedade para superar a guerra? –, é necessário considerar os espaços de civilidade para uma resposta completa, através dos sujeitos que vivem em meio a esses conflitos e encontram maneiras de criar tais espaços, de conservar uma memória dos fatos, de aprender com eles, de conviver com o sofrimento e de gerar as condições para uma cotidianidade possível nesse contexto.

O que acontece com as pessoas que precisam conviver com essa multiplicidade de atores armados e suas formas de violência e coação? A Colômbia não está diante de um modelo de vitimização vertical com vitimário único e bem definido; também não se trata de modelos horizontais ou de barbárie simétrica em que vítimas e vitimários estão situados em lados claramente

9. Em 6 de novembro de 1985, um comando de guerrilheiros do Movimento 19 de Abril (M-19) tomou por assalto o Palácio da Justiça, situado em frente ao Congresso da República, em Bogotá. Fizeram 350 reféns, entre magistrados das altas cortes, conselheiros de Estado, servidores judiciais, empregados e visitantes. A resposta das Forças Armadas foi igualmente violenta: entraram no prédio durante a noite, numa ação que até hoje não foi esclarecida – ainda se desconhece quem deu a ordem, se foi o presidente Belisario Betancur ou se foi uma decisão autônoma dos altos comandos das forças armadas. Como resultado, 95 pessoas morreram e onze consideradas desaparecidas. Em 2005, a procuradoria reabriu o caso ao encontrar provas de que alguns deles tinham saído vivos do Palácio e sido levados a quartéis militares, torturados e assassinados. Os guerrilheiros do M-19 foram anistiados durante o processo de paz de 1990, e alguns membros do exército estão sendo julgados por esses fatos.

10. Na década de 1980, surge o movimento político Unión Patriótica, produto do processo de negociação entre as Farc e o governo de Belisario Betancur. O objetivo era que esse movimento político permitisse à guerrilha incorporar-se paulatinamente na vida legal. Desde 1984, deram início à perseguição e aos assassinatos dos membros que tinham logrado ganhar algum cargo público de eleição. O tempo mostraria que os atentados tinham como propósito o extermínio sistemático do movimento por parte de grupos paramilitares, em coligação com membros do exército e da classe política. Os assassinatos prolongaram-se por mais vinte anos, até que enfim cumprissem seu objetivo. Entre os mortos,

destacam-se dois candidatos presidenciais, oito congressistas, treze deputados estaduais, setenta vereadores e onze prefeitos, além de milhares de partidários.

11. Ver <<http://www.centrode-memoriahistorica.gov.co>>.

identificados. As regiões foram afetadas, de forma alternativa ou simultânea, por uns e outros atores armados, num conflito que é móbil, flutuante e fragmentado. Daí que uma pessoa pode ter a particularidade de ser vítima de diversos grupos armados, por ser familiar de um membro do grupo contrário ou por pertencer a um grupo e passar voluntária ou forçadamente a outro, e mesmo tornando-se um vitimário.

A mobilidade e a fluidez dos atores armados fazem com que as vítimas desconfiem daqueles que dizem serem seus protetores, incluídas as forças do Estado, pois estabelecer contato com uns pode torná-las suspeitas para outros (Pécaut, 1999, p. 19). Os lutos, sempre postergados pela iminência e presença da violência, fazem com que esse momento necessário para refletir sobre os acontecimentos nunca ocorra totalmente. A dificuldade para refazer os tecidos sociais e os laços de confiança desmanchados pela guerra impede a configuração do relato, da memória coletiva.

Não obstante o panorama apresentado, na Colômbia propiciou-se um lento processo de demanda da legitimação das memórias das vítimas. Universidades, ONGs, associações de vítimas, organizações sociais, sindicatos, entre outros, estão criando estratégias contra o esquecimento, que pretendem converter-se em políticas da memória. São a expressão clara do que Elizabeth Jelin (2002, p. 49) denomina agentes da memória e seus empreendimentos.

Memórias subterrâneas

Um grupo de mulheres borda uma manta para lembrar os acontecimentos que levaram sua comunidade a abandonar suas terras e suas casas e se deslocar para outro povoado. No desenho, está representada toda sua história, desde a chegada do grupo armado, as ameaças, o medo, até a saída das casas, abandonando tudo o que tinham. Em outra comunidade, pintam-se pedras e escrevem-se nelas os nomes dos desaparecidos e dos mortos. Há mulheres que cuidam dos cemitérios dos sem nome, enterram os mortos sem identidade, fazem a cerimônia de luto por aqueles sem família. Outros criam altares e escrevem neles os nomes dos assassinados. Um jovem sobrevivente de uma chacina pinta dragões para representar o dilema moral da coexistência do bem e do mal. Passeatas da luz percorrem os lugares dos povoados onde seus familiares foram assassinados ou desapareceram; que lembram acontecimentos dolorosos, mas também trazem luz e esperança aos habitantes. Nos povoados do litoral norte do país um grupo de jovens criou um clube de cinema itinerante, La Rosa Púrpura del Cairo, que cada semana

apresenta filmes em praças com o objetivo de que as pessoas percam o medo de sair de suas casas e reunir-se nas ruas novamente (Grupo de Memoria Histórica de la Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación, 2009; Trujillo, 2011; Programa de Atención a Víctimas del Conflicto Armado de la Alcaldía de Medellín, 2010).

Essas iniciativas são múltiplas, diversas, criativas, estão em quase todos os estados do país, a maioria delas surgiram nas comunidades e famílias. São formas de agenciar e tramitar a dor e o sofrimento e trasladar para a esfera pública a dor que por anos tem sido vivida no âmbito privado (Grupo de Memoria Histórica de la Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación, 2009, p. 16). Foram criadas para recuperar do esquecimento milhões de colombianos assassinados e desaparecidos e as múltiplas violações aos direitos humanos. Contudo, como a realidade na Colômbia não é a de pós-conflito, essas narrativas têm escassa possibilidade de expressar-se em público; pelo contrário, permanecem subterrâneas, sendo compartilhadas com familiares, amigos ou com a comunidade. Em lugar de grandes relatos ou testemunhos, na maioria dos casos trata-se de pequenas marcas físicas que tentam fazer lembrar, comover e chamar a atenção sobre os fatos violentos que marcaram a vida de uma família ou de uma comunidade. Estamos diante do silêncio, à espera de um contexto propício para a escuta. As iniciativas expostas são a expressão daquilo que Michel Pollak (2006, p. 18) chama de memórias subterrâneas. Não obstante, a possibilidade de que saiam à esfera pública depende da presença disposta e atenta de um auditório.

Seria possível pensar tais ações como táticas, no sentido dado por Michel de Certeau (2000), que analisa as maneiras particulares como cidadãos comuns recebem, vivem, transformam e resistem ante o exercício do poder, como se constituem ao tratarem da própria vida. Sua pesquisa nasce da pergunta pelas “operações dos usuários” supostamente condenados à passividade e à disciplina. O autor questiona os estudos sobre hábitos de consumo, pois, geralmente, estes analisam as representações ou os comportamentos da sociedade diante dos produtos que o mercado oferece, embora seja possível também identificar o uso que os indivíduos ou os grupos fazem desses objetos sociais. Os sujeitos não são simples consumidores, e sua ação vem acompanhada de uma aura silenciosa, astuta, dispersa, invisível, que muda sua maneira de usar os produtos e de relacionar-se com o poder econômico; eles executam inúmeras metamorfoses da autoridade econômica para transformá-la de acordo com seus interesses e regras (*Idem*, p. xliii); encontram outras maneiras de fazer, pequenas e cotidianas, e procedimentos

mudos que organizam a ordem sociopolítica. Embora pareçam oprimidos e dominados, são na verdade astutos, tendo na esperteza, no escamoteio, na manha, na armadilha, um repertório de ações por meio das quais se reapropriam do espaço do poder. É uma estratégia quase imperceptível; por isso mesmo tem um valor mais performativo do que substancial, pois altera as relações sociais de maneira momentânea na cotidianidade (Ortega, 2008, p. 35).

Centrar a atenção nas táticas, reconhecer a astúcia, a criatividade e a diversidade de práticas cotidianas dos sujeitos é identificar seu potencial político, sua dignidade ao se negarem a ser reduzidos à lógica do mais forte. Em cada um dos casos evidencia-se uma ação tática. Nesse olhar sobre as ações insurrectas dos sujeitos em contextos de violência prolongada encontram-se as expressões das memórias subterrâneas.

A mídia afirma com frequência que a Colômbia é um país sem memória, que a multiplicidade de fatos violentos nos faz esquecer vivências anteriores. No entanto, isso não é verdade, a memória permanece subjacente, mas é preciso que haja um público capaz de ver e compreender o que significam essas expressões da memória. As conexões entre invisibilidade e silêncio são complexas, mas nelas podemos encontrar indícios para compreender a violência e a dor por ela desencadeada. A invisibilidade, nesse caso, não se refere a uma recusa deliberada de quem não quer ser visto, mas a uma incapacidade da sociedade de ver ou de *não ver que* não vemos (Cuéllar, 2009, p. 58). O potencial político da memória e do silêncio encontra-se, porém, mais do que nas dicotomias dominantes/subterrâneas, vencedor/vencidos, oficial/marginal, nessa possibilidade de aceitar a presença de outras narrativas, de outras versões da história, de fazer visíveis e audíveis essas memórias.

A construção da memória nos obriga a pensar o conflito armado numa perspectiva diferente, não só dos fatos violentos e das ações da guerra, mas também nas formas como os indivíduos logram reconstruir e preservar a vida, mantendo laços e identidades. É nessa memória da sobrevivência que podemos esquadrihar as ações políticas dos sujeitos que convivem com a violência. O silêncio para as vítimas foi uma imposição: suprimir o luto, proibir a denúncia, silenciar os líderes das comunidades com ameaças ou com a morte foram práticas generalizadas. Ainda assim, as vítimas não se calaram; ao contrário, desenvolveram táticas para se expressarem, mesmo que a sociedade não estivesse disposta a escutá-las. Configurava-se, pois, uma espécie de cumplicidade silenciosa.

A memória em contextos de guerra permanente propõe desafios de toda a ordem para uma sociedade como a colombiana. Como se lembrar? Como escutar aqueles que permanecem em silêncio? Como se colocar no lugar dos outros para entender sua dor, numa tentativa de construir uma memória sobre a guerra que nos permita refazer nossa identidade e pensar nosso futuro?

Referencias Bibliográficas

- ANDERSON, B. (1993), *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.
- CEBRIAN, M. (2009), *Representación histórica en la obra de Gabriel García Márquez*. Hamburgo, Diplomática Verlag.
- CERTEAU, M. de. (2000), *La invención de lo cotidiano: artes de hacer*. Cidade do México, Universidad Iberoamericana/Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente.
- CONGRESO de la República. (2005). Ley de justicia y paz, 975 de julio 25. Bogotá, Congreso de la República.
- _____. (2011), Ley de víctimas y restitución de tierras, 1448 de junio 10. Bogotá, Congreso de la República.
- CUÉLLAR, A. Castillejo. (2009), *Los archivos del dolor: ensayos sobre la violencia y el recuerdo en la Sudáfrica contemporánea*. Bogotá, Ediciones Uniandes.
- GARCÍA MÁRQUEZ, G. (2009), *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro, Record.
- GIL, A. González. (2009). *Viajeros de ausencia: desplazamiento forzado y acción colectiva en Colombia*. Tese de doutorado. Madrid, Universidad Complutense de Madrid.
- GIRALDO, M. et al. (2011), *Estudios sobre la memoria colectiva. Colombia 2000-2010*. Medellín, Editorial Universidad de Antioquia.
- GONZÁLEZ, F. González. (1997). *Para leer la política: ensayos de historia política colombiana*. Bogotá, CINEP.
- _____. (2006), “Guerras civiles y construcción del Estado en el siglo XIX colombiano: una propuesta de interpretación sobre su sentido político”. *Boletín de Historia y Antigüedades*, 93 (832): 31-80.
- _____. (2007), “Espacio, violencia y poder: una visión desde las investigaciones del CINEP”. *Controversia*, 189: 10-61.
- GRUPO de Memoria Histórica de la Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación. (2009), *Memorias en tiempo de guerra: repertorio de iniciativas*. Bogotá, Puntoaparte.
- GUIZADO, A. Camacho. (1990), “El ayer y el hoy de la violencia en Colombia: continuidades y discontinuidades”. *Análisis Político*, 19: 27-42.

- HINCAPIÉ, M. T. Uribe de (1993). “Legitimidad y violencia: una dimensión de la crisis política colombiana”. In: GIRALDO, Carlos Alberto *et al.* *Rasgando velos: ensayos sobre la violencia en Medellín*. Medellín, Universidad de Antioquia.
- . (1998), “Las soberanías en vilo en un contexto de guerra y paz”. *Estudios Políticos*, 13: 11-37.
- . (2004), “Las palabras de la guerra”. *Estudios Políticos*: 11-34.
- HUYSEN, A. (2004), *Seduzidos pela memória*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Aeroplano.
- JELIN, E. (2002), *Los trabajos de la memoria*. Madri, Siglo XXI/Social Science Research Council.
- KALDOR, M. (2001), *Las nuevas guerras: violencia organizada en la era global*. Barcelona, Tusquets.
- MARTÍNEZ, A. F. Ávila. (2011), “De la guerra de Jojoy a la guerra de Cano”. *Revista Arcanos*, 14 (16): 28-47.
- NIETO, P. (org.) (2007). *Me gustaba mucho tu sonrisa*. Medellín, Alcaldía de Medellín/Programa de Atención a Víctimas del Conflicto Armado.
- . (2010), *Donde nació aún crece la hierba*. Medellín, Alcaldía de Medellín/Programa de Atención a Víctimas del Conflicto Armado/Universidad de Antioquia.
- NIETO, P. & BETANCUR, J. M. (orgs.). (2006), *Jamás olvidaré tu nombre*. Medellín, Alcaldía de Medellín/Programa de Paz y Reconciliación.
- ORTEGA, F. A. (2008), “Rehabitar la cotidianidad”. In: Ortega, F. A. (ed.), *Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia/Pontificia Universidad Javeriana/Instituto Pensar.
- PÉCAUT, D. (1999), “Las configuraciones del espacio, el tiempo y la subjetividad en un contexto de terror: el caso colombiano”. *Revista Colombiana de Antropología*, 35: 8-35.
- . (2004), “Memoria imposible, historia imposible, olvido imposible”. In: ——— (org.). *Memorias en conflicto: aspectos de la violencia política contemporánea*. Lima, Embajada de Francia en el Perú/Instituto de Estudios Peruanos.
- POLLAK, M. (2006), *Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones límite*. Buenos Aires, Ediciones la Margen.
- POSSO, C. González (2011). *Los grupos paramilitares avanzan: sexto informe sobre paramilitarismo 2011*. Bogotá, Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz/INDEPAR.
- PROGRAMA de Atención a Víctimas del Conflicto Armado. (2010), *Imágenes que tienen memoria*. Medellín, Alcaldía de Medellín/Programa de Atención a Víctimas del Conflicto Armado.
- SALAMANCA, J. L. Garay *et al.* (2008), “La reconfiguración cooptada del Estado: más allá de la concepción tradicional de captura económica del Estado”. Disponível em <[http://www.transparenciacolombia.org.co/Portals/0/Captura del Estad.pdf](http://www.transparenciacolombia.org.co/Portals/0/Captura%20del%20Estad.pdf)>, consultado em 8/13/2011.

- SÁNCHEZ, G. (1990), “Guerra y política en la sociedad colombiana”. *Análisis Político*, Bogotá (11).
- . (2004), “Guerras, memoria e historia”. In: PÉCAUT, D. (org.). *Memorias en conflicto: aspectos de la violencia política contemporánea*. Lima, Embajada de Francia en el Perú/Instituto de Estudios Peruanos.
- TRUJILLO, E. Blair. (2011), “Memoria y poder: (des) estatilizar las memorias y (des) centrar el poder del Estado”. *Universitas Humanística*, 72: 63-87.
- TRUJILLO, E. Blair; HERNÁNDEZ, M. Grisales & GUZMÁN, Ana María Muñoz. (2008), *De memorias y guerras: La Sierra, Villa Liliam y el 8 de marzo en Medellín*. Medellín, Instituto de Estudios Regionales/Universidad de Antioquia/Programa de Víctimas/Secretaría de Gobierno de Medellín.

Resumo

Colômbia: a memória no meio da guerra

Como pensar o passado quando o presente esta marcado pela guerra? É possível pensar na memória quando o passado não se deixa para trás, quando a violência é um presente contínuo? Esse é o desafio que a sociedade colombiana enfrenta hoje. O artigo analisa as diversas expressões da memória no contexto de violência na Colômbia e propõe a hipótese de que as vítimas da guerra desenvolveram ações táticas para expressar suas memórias – no sentido dado por Michel de Certeau. O texto apresenta inicialmente o contexto da guerra na Colômbia, em seguida descreve o debate sobre a memória histórica dos últimos anos e, por fim, destaca algumas expressões de memória das vítimas da guerra.

Palavras-chave: Memória; Colômbia; Guerra; Memórias subterrâneas.

Abstract

Colombia: memory in the middle of war

How do we think about the past when the present is marked by war? How can we acknowledge memory when the past is not left behind? When violence is a continuous present? This is the challenge facing Colombian society today. The article analyzes the different expressions of memory in the context of violence in Colombia and proposes the hypothesis that victims of war develop tactical actions to express what their memories say, in the sense given by Michel de Certeau. This article is divided into three parts, an introduction to the context of the war in Colombia, a description of the debate about the ‘historical memory’ in Colombia in recent years and finally a look into the expressions of memory between victims of war.

Keywords: Memory; Colombia; War; Subterranean memories.

Texto recebido em 12/4/2012 e
aprovado em 24/1/2012.

Sandra Patrícia Arenas Grisales é professora na Universidad de Antioquia, Medellín, Colômbia, estudante de doutorado em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e bolsista da Capes/CNPq/IEL Nacional. E-mail: <sarena3741@gmail.com>.